

Política linguística na Amazônia cabana: a gestão da língua e o preconceito linguístico em evidência

Linguistic policy in the cabana Amazon: the language management and the linguistic prejudice in evidence

João Lucas da Silva¹
Welton Diego Carmim Lavareda²

Resumo: Trata-se de uma proposta que analisa como o dispositivo colonial instituiu uma política linguística, durante o período da Cabanagem, mergulhada nas dimensões de prática, crença e gestão da língua. Para tanto, consideramos o arcabouço teórico-metodológico de Michel Foucault no quadro dos estudos discursivos (2010a; 2010b; 2010c; 2016a; 2016b), Bernard Spolsky (2004; 2009) e a operacionalização conceitual que vem sendo desenvolvida sobre o governo da língua na Amazônia paraense pelo Grupo de Estudos Mediações e Discursos na Amazônia – GEDAI/CNPq (LAVAREDA, 2021; LAVAREDA; NEVES, 2018; 2019; 2020). Assim, na busca de sistematizar o ensaio, os procedimentos técnicos do estudo têm abordagem documental, tendo como instrumento para a produção dos arquivos da pesquisa as filigranas discursivas deixadas pela narrativa *Motins Políticos...* (RAIOL, 1970). Almeja-se, com este estudo, salientar os acontecimentos que ficaram sujeitados à época da Cabanagem com relação à gênese de uma *atitude purista de língua* no território amazônico. De modo que o artigo possa potencializar um olhar mais plural sobre a constituição histórica da língua portuguesa e, em um mesmo gesto, oportunizar outros olhares para esta rede de sensibilidade linguística enquanto índice de estratificação social.

Palavras-chave: contatos linguísticos; governo da língua; estudos foucaultianos; política linguística.

Abstract: This study has a purpose to analyse how the colonial device instituted a linguistic policy, during the period of Cabanagem, inserted in practice, belief and tongue management dimensions. For this aim, we considered the methodological theoretical framework from Michel Foucault in discursive studies (2010a; 2010b; 2010c; 2016a; 2016b), Bernard Spolsky (2004; 2009) and conceptual operationalization that has been developed about government of the language in Pará Amazon by the Mediations and Discourses Study Group in Amazon – GEDAI/CNPq (LAVAREDA (2021), LAVAREDA & NEVES (2018; 2019; 2020). Therefore, in an attempt to systematize the essay, the technical procedures of the study have a documental approach, having as an instrument for the production of the research archives the discursive filigrees left by the narrative Political Riots... (RAIOL, 1970). The intent of this study is to highlight the events that were subjected to the Cabanagem epoch regarding to the genesis of a *language purist* attitude in the Amazon territory. So that the research can potentialize a more plural look at the historical constitution of portuguese language and, in the

¹ Universidade da Amazônia, Belém, PA, Brasil. Endereço eletrônico: joaolucasd800@gmail.com.

² Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, PA, Brasil. Endereço eletrônico: diego.lavareda@hotmail.com.

same gesture, create opportunities for other looks at this network of linguistic sensitivity as an index of social stratification.

Keywords: linguistic contacts; government of the language; foucaultian studies; linguistic policy.

Introdução

O debate sobre a diversidade linguística, no Brasil, não deve deixar de englobar a dimensão multilíngue constituinte da formação social e cultural de nosso país, isto é, o passado de nossa construção identitária, étnica, regional, os sujeitos que sofreram com e resistiram à empreitada colonial europeia, especificamente com a colonização do território brasileiro, pelos portugueses que, a partir da discursivização das línguas, segundo Errington (2001 *apud*. SEVERO, 2016), produziu diferenciações, hierarquizações e a naturalização de desigualdades culturais e humanas.

Devemos, então, em primeiro lugar, situar-nos em um determinado período, pois, como nos lembra Lavareda & Neves (2018), quando tratamos do território amazônico, estamos inseridos em um ambiente plural e heterogêneo, haja vista a extensão territorial da chamada Pan-Amazônia e o número de cosmologias presentes nos países que a compõem, sem omitir, evidentemente, as diferenças históricas e políticas que atravessam esse espaço habitado multifacetado. Por isso, delimitamos o campo da Amazônia brasileira, ao período da Cabanagem, este entendido como:

[...] um movimento que explodiu em 1835, em um claro contexto de desavenças políticas características do Período Regencial brasileiro, depois da abdicação de D. Pedro I. Esta agitação cabana, marcada pela forte participação da população local, composta em sua maioria por negros e indígenas, representou uma tática de força contra a autoridade constituída pelo pacto orgânico instaurado no Brasil Império. (LAVAREDA; NEVES, 2018, p. 67).

Com efeito, ressaltamos a importância da análise sobre as condições de produção de um dado recorte temporal, isto é, as dimensões históricas, linguísticas, políticas, sociais e econômicas que atravessam uma época específica, marcada por tensões e embates entre as instituições governamentais e os sujeitos.

Antes de aportarmos na Cabanagem (1835-1840), é importante tratarmos dos acontecimentos que constituem a década de 1750, os quais permitem a ampliação de nossa compreensão a respeito das práticas e estratégias subalternizadoras adotadas pelo dispositivo colonial quando há a *formação* do Estado do Grão-Pará e Maranhão, em 1751, governado, até

1759, por Francisco Xavier de Mendonça Furtado, meio-irmão de Sebastião José de Carvalho e Melo, o marquês de pombal (RAYMUNDO, 2006, p. 125)³.

A autora expõe que o governo de Francisco Xavier era pautado na aplicação das *Instruções Régias Públicas e Secretas*, as quais recebia por correspondências. Essas Instruções tinham como objetivos: a transferência da mão de obra (*liberdade* dos índios), das terras e do comércio para o regime civil, isto é, anular o poder temporal que os eclesiásticos exerciam sobre os indígenas, bem como retirar-lhes as fazendas de que dispunham, passando todos os patrimônios para a administração da Coroa; e a constituição da Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão.

Essas medidas são fundamentais para a instituição do Diretório dos Índios (1757), o qual dispõe das seguintes determinações: imposição político-administrativa de uma lusitanização da Amazônia; expulsão dos jesuítas e o ensino obrigatório do português; substituição do trabalho escravo indígena pelo dos negros africanos; formação de novas vilas e cidades; política de integração do tapuío à sociedade colonial.

E, ao falarmos sobre o dispositivo colonial (NEVES, 2015), vale reforçar...

[...] fazemos referência ao sistema colonial, englobando o poder colonial das metrópoles europeias e a colonialidade, que representa sua atualização, com seus diferentes matizes (*ibid.*, 2015, p.15), associado ao poder pastoral e ao dispositivo escolar como fundamentais para a desqualificação e hierarquização das redes linguísticas indígenas e de matrizes africanas faladas na Amazônia (LAVAREDA, 2021, p. 20-21).

Com essa breve contextualização apresentada, temos o intuito de construir um panorama das principais práticas de dominação e exploração impostas pelo colonizador, no século XVIII, à época do Estado do Grão-Pará e Maranhão, para, assim, adentrarmos no espaço da Amazônia Cabana, início do século XIX, a fim de perscrutarmos o objetivo principal deste artigo, que é o de analisar como o dispositivo colonial instituiu uma política linguística, durante o período da Cabanagem, mergulhada nas dimensões de prática, crença e gestão da língua, seguido dos objetivos específicos, a saber: **a)** mapear os bilhetes cabanos na

³ O Dispositivo Colonial, com seus contornos permeáveis, está diretamente relacionado à colonização europeia, iniciada com as grandes navegações no final do século XV e mantido bem vivo na atualidade, com seus reposicionamentos e suas novas possibilidades históricas. Podemos pensá-lo como um programa empreendido, a princípio pelos europeus com seus interesses comerciais, militares e religiosos, mas que também foi assumido pelas elites locais dos países colonizados, tanto na América como em outros continentes. Nossa proposta é concebê-lo como uma arquitetônica global que funciona por meio da articulação de vários outros dispositivos. Assim, conforme vislumbraremos em nossas análises, o governo dos corpos e da língua foi e continua sendo, historicamente, exercido pelo Dispositivo Colonial através da rede de outros dispositivos, como o bélico-militar, o pedagógico, o religioso, o jurídico, o escolar, o midiático etc. (NEVES; GREGOLIN, 2021, p. 14 *apud* LAVAREDA, 2021).

obra de Domingos Antônio Raiol (Barão de Guajará); **b**) observar dinâmicas ideológicas e linguístico-estruturais potencializadoras de um preconceito linguístico por parte do dispositivo colonial.

Para tanto, consideramos o arcabouço teórico-metodológico de Michel Foucault no quadro dos estudos discursivos (2010a; 2010b; 2010c; 2016a; 2016b), Bernard Spolsky (2004; 2009) e a operacionalização conceitual que vem sendo desenvolvida sobre o governo da língua pelo Grupo de Estudos Mediações e Discursos na Amazônia – GEDAI/CNPQ (LAVAREDA (2021), LAVAREDA & NEVES, 2018; 2019; 2020).

A pertinência do tema escolhido está baseada na exposição dos acontecimentos linguísticos que ficaram sujeitados à época da Cabanagem com relação à gênese de uma *atitude purista de língua* no território amazônico, ou seja, a continuidade em nossos dias de um preconceito linguístico, caracterizado pela redução e exclusão da pluralidade da língua, a qual perpetua a ridicularização e a estigmatização das diferenças socioculturais e socioeconômicas, adotando o idioma como um índice de estratificação social.

Deste modo, na busca de sistematizar o ensaio, os procedimentos técnicos do estudo têm abordagem documental, tendo como instrumento para a constituição dos arquivos da pesquisa as filigranas discursivas deixadas pela narrativa *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835* (RAIOL, 1970). Fora a introdução e as considerações finais, o trabalho apresenta os seguintes tópicos: o diálogo teórico-metodológico, no qual se discorrerá a respeito da noção de política linguística eleita; e a análise dos dados, na qual *escavaremos* o dito e o não-dito presentes em nosso objeto de estudo.

Política linguística: sob o olhar de Bernard Spolsky

Ao tratarmos do conceito de política linguística, devemos considerar as diversas lentes teóricas e os diferentes prismas analíticos que permitem a abordagem desse tema. Há concepções mais abrangentes e gerais, as quais relacionam as políticas linguísticas às políticas públicas, governamentais, em âmbitos federal, estadual ou municipal. Um exemplo dessa perspectiva é a conceituação revisitada por Marcos Bagno (2017), a qual caracteriza a política linguística:

[...] como o conjunto de medidas que os poderes públicos tomam ou podem tomar para intervir nas interações linguísticas da sociedade. Tais intervenções têm geralmente por objetivo a regulação da atividade

linguística da sociedade de acordo com a atribuição de funções a uma ou mais variedades presentes (BAGNO, 2017, p. 224).

Spolsky (2009, p. 01), entretanto, nos diz que a “Política Linguística é feita de escolhas”, as quais podem tratar da seleção de uma variedade como a mais adequada a uma determinada situação comunicativa ou interacional, e da decisão de utilização de uma língua dentro de um cenário multilíngue. Assim, não cabe apenas às entidades governamentais e institucionais estabelecerem e elegerem o que “deve ser dito e o que deve ser evitado”. Daí nossa atenção mais de perto para movências históricas de âmbito plural. Afinal, em nosso *fazer analítico*, “[...] o exame de análise ocorre não somente nas políticas linguísticas oficiais (desenvolvidas no âmbito das instituições governamentais), mas também nas crenças e nas práticas das comunidades de fala e no estudo dos processos de criação, experimentação, implementação de outros gerenciamentos linguísticos” (SOUSA; SOARES, 2014, p. 103).

Podemos exemplificar estas primeiras sistematizações teóricas, em diálogo com as condições de possibilidades históricas do nosso objeto de pesquisa, com a exposição da relação entre a Língua Geral Amazônica (LGA), ou nheengatu, e o ‘português lusitano’. Apesar dos esforços e das leis promulgadas e impostas pela Coroa para apagar o uso do nheengatu das aldeias, povoações e vilas, excluir esse meio de comunicação entre jesuítas, os diversos povos indígenas e negros, Freire (2004, p. 16) nos mostra que “[...] durante todo o período colonial, no entanto, a língua portuguesa permaneceu minoritária, como língua exclusiva da administração, mas não da população”. Diz ainda que era a principal língua da Amazônia, uma língua supra-étnica, difundida por intermédio da catequese.

[...] Com a adesão do Grão-Pará à Independência do Brasil, cessou sua expansão, e ela começou a se retrair progressivamente, abandonando o espaço urbano e as próprias margens do rio Amazonas, cedendo sua hegemonia, só em meados do século XIX, para a língua portuguesa (FREIRE, 2004, p. 17).

Com isso, compreendemos que a incorporação e utilização do português europeu pelos diferentes povos que habitavam a região não foi imediata e natural, que não foi um processo marcado pela aceitação simples e espontânea do idioma do colonizador lusitano, e sim um acontecimento constituído pela eliminação e silenciamento de inúmeras cosmologias linguísticas, de diversas culturas e etnias, pela tentativa constante de homogeneizar as comunidades, de construir uma nação detentora de apenas uma língua oficial e nacional.

Essas reflexões possibilitam a delimitação das discussões que serão realizadas sob a noção multidimensional de política linguística, desenvolvida por Spolsky (2004, 2009), e que, de acordo com Sousa & Soares (2014, p. 103), é organizada de três componentes independentes e inter-relacionados, a saber: as *práticas*, as *crenças* e a *gestão da língua*. Ainda segundo às autoras, essa nova perspectiva permite análises profícuas e inovadoras para o campo de estudo, já que se direciona para o “exame não apenas das políticas linguísticas oficiais” conforme já dito anteriormente.

Harold F. Schiffman (1996, *apud*. LAVAREDA; DOS SANTOS; DE MARIA, 2020) precede essa caracterização multidimensional, propiciando, por intermédio do conceito de cultura linguística, o entendimento da existência de políticas linguísticas implícitas e explícitas. Assim, delinea a cultura linguística como um construto social, ou seja, amplia essa dimensão para a relação estrita com outros elementos como sistemas de crenças, atitudes e *mitos*. A partir daí, inicia-se um estudo que aborda diferentes níveis, tratando dos múltiplos aspectos que atravessam e compõem a criação, formação e seleção de uma política linguística.

Retornando a Spolsky, destacamos a caracterização que ele dá aos três constituintes de sua tese, explicitando que:

[...] O primeiro deles é o das práticas reais dos membros de uma comunidade de fala, que definem uma política ‘real’, ao descrever as escolhas em relação às variantes e aos usos que os falantes fazem e que marcam a adequação ou a alienação em relação à comunidade. O segundo componente, estreitamente ligado ao anterior, seria o dos valores atribuídos pelos membros de uma comunidade de fala a cada variedade e variante e suas crenças em relação à importância destes valores. Esses valores podem constituir ideologias, entendidas como combinações de valores mais elaborados e compartilhados por certos membros da comunidade. O terceiro componente, o do planejamento, que ele prefere chamar de gestão, é por ele definido como os esforços de alguns membros da comunidade de fala que têm ou acreditam ter autoridade sobre outros membros para modificar as práticas linguísticas deles, assim como para forçá-los ou encorajá-los a usar uma variedade diferente ou mesmo uma variante diferente (LAGARES, 2018, p.28).

Com essa teorização, torna-se possível enxergar o entrelaçamento das escolhas, das decisões, das valorações e das intervenções linguísticas em um domínio social, em uma comunidade linguística. As crenças imbricam-se com a gestão e com as práticas, todas influenciadas por uma perspectiva reducionista de língua, fruto da colonização, a qual nega ou ‘procura esquecer’ que esse substantivo (língua) “[...] é, sempre, coletivo, porque serve como rótulo unificador para uma multidão de coisas variadas, variáveis e variantes” (BAGNO, 2015, p. 33).

Deste ponto de vista, nota-se que muitas políticas linguísticas de gestão são cruzadas por relações de poder e de saber soberanas, nas quais as classes prestigiadas, letradas, visam desvalorizar e inferiorizar os saberes dos grupos marginalizados, instituindo um policiamento e uma regulação da língua. Portanto, superar as políticas linguísticas oficiais proporciona novos prismas de análise, como:

A visão de política linguística desenvolvida por Spolsky (2004, 2009, 2012) promove a compreensão de que políticas linguísticas: a) são realizadas em diferentes níveis da língua, desde uma dimensão relacionada a um macro nível até um micro nível (e.g.: ‘Pronuncie essa palavra corretamente!’ ou ‘Não use esse dialeto. Use a língua italiana’); b) operam em comunidades de fala de diferentes tamanhos (e.g.: família, escola, igreja, ambientes de trabalho, cidades); c) podem ser implícitas, mas podem ser analisadas nas práticas e nas crenças dos falantes; d) envolvem uma gama de fatores linguísticos como também não linguísticos (e.g.: políticos, demográficos, religiosos, culturais, psicológicos, econômicos...) (SOUSA; SOARES, 2014, p.105).

Logo, essa perspectiva demonstra-nos como a língua é o centro de profícuos e constantes debates, pesquisas e trabalhos sobre a sua utilização e aceitação em uma coletividade, em um grupo de falantes, sobre como é alvo de projetos de gerenciamento nacionais, regionais ou locais. Por isso, o tópico subsequente vale-se de uma revisão conceitual que visa expandir a percepção de política linguística aqui trabalhada.

Por uma outra atualização conceitual

A nossa realidade linguística é, como já vimos, marcada intrinsecamente pela variação e pela mudança, pois sua contínua transformação destina-se ao atendimento das necessidades comunicativas de seus falantes, as quais sofrem influência do meio político, social e cultural. Com efeito, o preconceito linguístico presente no Brasil desvaloriza e estigmatiza aqueles que não *dominam* a norma-padrão da língua, elucidando um conceito importante para o prosseguimento de nossa pesquisa, o de conflito linguístico. Segundo Bagno (2017, p. 54-55), significa:

[...] Disputa entre duas **comunidades** linguísticas para ocupar **âmbitos de uso**. Falar de **contato** linguístico implica falar de conflito, já que duas línguas nunca convivem numa sociedade de maneira harmoniosa. Sempre aparecem fenômenos de imposição de uma língua sobre outra, como consequência do **poder** de que dispõem os **grupos sociais** que as mantêm ou as refutam e que usam o fato linguístico como símbolo de uma **ideologia** ou de um projeto político determinado.

Com isso, podemos visualizar as interferências que uma dada política linguística pode provocar nos mais variados âmbitos de uso da língua, aqui tomados como lugar de interação entre os indivíduos do corpo social, cujas relações concretizam-se na instituição familiar, religiosa, educacional, do trabalho etc.

Adotando a atualização conceitual proposta por Bonacina-Pugh (2012), então, que consiste na caracterização: políticas linguísticas praticadas (concernentes às práticas), políticas linguísticas percebidas (concernentes às crenças) e políticas linguísticas declaradas (concernentes à gestão da língua), analisaremos, no tópico seguinte, algumas construções discursivas e linguístico-estruturais que evidenciam a latente intolerância linguística e social em nossa sociedade à época da Cabanagem.

Em consonância com este ponto de vista, o objetivo de uma teorização de Política e Planejamento Linguístico (doravante PPL), então, seria tentar explicar as escolhas, de acordo com Spolsky (2009), com base nos padrões estabelecidos em convênio com as determinações performáticas de uma dada comunidade linguística e que em muitas ocasiões são resultados dos esforços conscientes dos gestores (*language managers*) para manter o controle sobre os usos da língua. Ou seja, levando em consideração o *estágio de caos verbal* da Província cabana, por exemplo, as variedades de língua que eram agenciadas com o auxílio da elite luso-brasileira dentro do movimento, tinham um perfil mais sociológico e político do que estritamente linguístico.

Para tanto, os estudos discursivos foucaultianos são relevantes para a produção deste artigo, devido às reflexões sobre as relações de poder e de saber que atravessam as sociedades, os inúmeros e variados sistemas de controle que vigiam e regulam o aparecimento e a circulação dos sentidos e, também, dos discursos.

Deste modo, as categorizações e as desqualificações das práticas linguísticas indígenas e de matrizes africanas faladas na Amazônia são também produtos da imposição cultural do ocidente. Configuram-se como um acontecimento discursivo, pois adotadas como um nó em uma rede (FOUCAULT, 2010a, p. 26), estes acontecimentos estão sujeitos à retomada e à repetição, à produção de novos sentidos, mas também à ruptura e à dispersão. Por isso, devemos destacar que...

[...] quando falamos em acontecimento discursivo, tomando como premissa o ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória, fazemos referência ao espaço em que um determinado enunciado é repetido, atualizado, rememorado. Oportunizando, sobretudo, um deslocamento e uma desregulação nos 'não ditos' associados ao sistema de regularização anterior. Assim, pode-se compreender que o acontecimento discursivo provoca uma

nova possibilidade para o enunciado produzir outras significações, porém ele não apaga as teias significativas anteriores, isto é, ele instaura uma relação tensa com a memória que tenta adequá-lo em uma dada ordem de repetibilidade e com um possível novo discurso (LAVAREDA, 2021, p. 34).

Desta forma, aplicamos, em relação ao nosso objeto de estudo, a proposta genealógica de Michel Foucault (2010b), a qual possibilita uma atitude mais crítica e reflexiva sobre o *corpus* estudado. Assim, as materialidades abordadas em nossa pesquisa não serão compreendidas como um arquivo, isto é, um documento cristalizado, com sentidos rígidos e imutáveis; ao contrário, são entendidas como monumentos, “para problematizá-las e pluralizar suas relações de significação, para definir os discursos em suas especificidades” (LAVAREDA; NEVES, 2018, p.71).

Por isso, devemos frisar que o discurso se imbrica com a história, ou seja, sua formação e constituição está relacionada a uma determinada circunstância histórico-social que permitiu e produziu, dentre as diversas condições de possibilidades, a construção de uma certa regularidade discursiva, de uma ordem discursiva, que considera determinados modos de fazer e de saber como oficiais, únicos e verdadeiros, excluindo e negando outros conhecimentos.

[...] De modo que a conexão entre o acontecimento histórico e o acontecimento discursivo fosse metodologicamente refinada, ou seja, o primeiro é o combustível da produção do segundo, que não acontece sem o suporte material da realidade. Assim, para movimentarmos as mudanças discursivas e as rupturas em uma dada rede de memória, é imperativo o uso da categoria acontecimento discursivo como ‘bússola’ para mapear as derivas possíveis de sentido em um enunciado determinado ou em uma série enunciativa (LAVAREDA, 2021, p. 35).

Logo, a pesquisa adota uma postura arqueogenealógica, isto é, utiliza um método que *escava* e perscruta a materialidade linguística, problematizando a prática discursiva presente nela, ponto que possibilita a exposição e discussão do governo da língua instituído na Amazônia, e que permite ao pesquisador uma confrontação e desestabilização dos saberes formados e hierarquizados pelas ciências humanas, da natureza e da linguagem.

Análise dos dados: a operacionalização conceitual em diálogo com o governo da língua

O corpo linguístico tomado como referência em nosso estudo expressa divergência com os valores dominantes à época da Cabanagem, os quais eram pautados, exclusivamente, nos ideais, tradições e costumes europeus. Desse modo, na busca de civilizar, educar e,

principalmente, disciplinar os indígenas e os negros, foram criadas e implementadas medidas e estratégias para alterar e ressignificar as práticas, as crenças e as visões de mundo dessas classes. Como já dito, um dos principais recursos para alcançar esse controle das subjetividades foi a estipulação da língua portuguesa como obrigatória para a catequização e educação (escolar, civil, comportamental) dos povos locais. A partir disso, uma política linguística declarada é configurada, ou seja, diversas ações são empreendidas “[...] por alguém, ou por um grupo, ou por um governo, enfim, por quem se julgue na autoridade de modificar as práticas e as crenças dos participantes de um dado domínio social (família, escola, igreja...)” (SOUSA; SOARES, 2014, p. 105).

Assim, evidencia-se que essa gestão dos indivíduos e de suas cosmologias, a qual visava à apropriação e à imposição de novas concepções e de maneiras diferentes de compreender e representar o mundo, está relacionada a um determinado governo da língua (LAVAREDA, 2021), inserindo os povos em uma hegemonia eurocristã fundamentada na subjugação e submissão das culturas. Ao tratar de governo da língua...

[...] falamos de um sistema de restrição linguística, dependente do poder instituído e da conjunção e correlação de forças sociais no curso da história, funcionar também como um elemento primordial para a dominação, *processos de conquista* e, posteriormente, atuar como um dispositivo de controle dentro de uma sociedade. Fazemos referência à língua do colonizador, em especial, a língua portuguesa (LAVAREDA, 2021, p. 54).

Posto desta forma, o preconceito e a intolerância na linguagem tornam-se mais intensos, pois os nobres e os governantes do período imperial brasileiro consideravam as maneiras de falar cabanas como desqualificadas e errôneas. Para exemplificar essa concepção elitista e excludente, transcrevemos um excerto da principal obra política que descreve os conflitos sucedidos no Pará, da pós-Independência ao período Regencial: *Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835*, de Domingos Antônio Raiol, o Barão do Guajará. Nesse fragmento, Raiol exprime sua indignação contra os cabanos, evidenciando o principal fator que, de acordo com ele, os definia como *ignorantes, brutos e rústicos*: o analfabetismo.

[...] tudo era burlesco! Em certos lugares havia até embaixadores e ajudantes de embaixador! Denominavam assim os encarregados de avisar e aliciar gente pelos sítios e povoados. Eram quase todos analfabetos! Mal sabiam falar e escrever os que se presumiam mais instruídos [...] Para se avaliar a capacidade dos oficiais rebeldes, transcrevo textualmente o seguinte ofício escrito pelo próprio punho de um dos mais considerados líderes cabanos:

‘Ex. mo Sr. Presidente ~ Axome çem monisão que muntas vezis tenho pedido. Çe uver cunfelito aqui não çei o qe soçederá. Çe não á qartuxami prontu mandi polvra i xumbo qe aqui çe inbalará. Açim dispurvido como estú não poço responder pelos soçecos qe agão e estarei em pouçibilitado de exequtar qualquer prugetu. Com esseção de farinha não á mas vivres neste pontu. Vai este purtador buscá carni ó peche. Mande o qe uver com brevidade. Halguns camaradas já çairão dai pur farta de cumer ~’ (RAIOL, 1970, p.929)

No trecho acima, percebe-se que a crítica de Raiol está voltada para o fato do ofício cabano encontrar-se próximo da modalidade oral, ou seja, o texto apresenta marcas muito fortes da oralidade, o que, de acordo com o Barão, comprova a *incompetência e inépcia* dessa classe, pois desconhecem a forma *correta* da escrita e da fala. Tal atitude normativa e prescritiva encontra uma base institucional, ligada à tentativa de gestão (política linguística declarada) das diversas línguas que circulavam na região, o Diretório dos Índios (1757), lei que revelava uma preocupação central com o cultivo da terra para o comércio, a asseguarção de mão de obra para o trabalho nas fazendas e a consolidação do Estado português, porém discorria brevemente sobre a obrigatoriedade do ensino e uso da língua portuguesa no território.

De fato, a chegada da família real e de sua corte ao Brasil, em 1808, reforçou essa determinação de que se devia instruir os povos por intermédio do *português luso*, acontecimento que confirma o motivo do julgamento depreciativo manifestado pelo Barão do Guajará contra o líder cabano, fundamentando sua crítica em uma unificação, uma regulamentação ortográfica (deve empregar o *ch* no lugar do *x*; o *s* no lugar do *ç*; o *ç* no lugar do *s*; o *ss* no lugar do *ç* etc.), a qual se vincula a constituição de uma cultura letrada, onde a escrita é treinada, memorizada, exercitada. Logo, é notório que a realidade linguística da época está muito distante desse padrão pautado em regras fixas e imutáveis.

Movência histórica ratificadora de um movimento de policiamento de língua que tem como origem decisões de uma relação de poder soberana e, ao mesmo tempo, que é fundamental, para se compreender a dinâmica histórica das línguas, ir além das políticas linguísticas oficiais, oferecendo, por conseguinte, outras perspectivas de análise.

Desta maneira, podemos atestar que essa imposição governamental legítima uma política linguística percebida, ou seja, a representação dos valores atribuídos às práticas discursivas de uma comunidade e a importância desses valores. As elites locais, influenciadas e formadas pela concepção lusa de civilização, desconsideravam e inferiorizavam, muitas vezes, os conhecimentos e saberes dos autóctones da região, os quais eram concebidos como seres *atrasados, selvagens*, já que não incorporaram ou aprenderam as normas e regras sociais

necessárias para sua elevação à categoria de *cidadãos, homens de bem*. Em vista disso, evidencia-se uma postura purista que, de acordo com Bagno (2015), é aquela adotada por pessoa ou grupo de indivíduos preocupados com a conservação da suposta pureza e limpidez da língua, preservando os princípios morais da sociedade contra todas as tentativas de *deturpação e deterioração* do idioma.

Esse juízo exclusivista, contudo, é confrontado pela crença do cabano, o qual manifesta seu modo de pensar, de agir, pois a escrita do bilhete também é uma forma de resistência às estereotipações propagadas pelas autoridades regenciais. Assim, o ofício expressa a rejeição das classes populares sobre a perspectiva colonialista da elite, pois não se consideram inferiores por não utilizarem a norma lusitana, ao contrário, demonstram que suas práticas discursivas atendem às necessidades comunicativas, interacionais e sociais do seu grupo.

[...] Em resposta à governamentalidade, a crítica pode ser entendida como ‘arte de navegar relações de poder’. Como uma dessas técnicas e práticas que desafiam e afrouxam a ligação entre verdade e poder, a crítica caracteriza – e, por sua vez, - promove modos de subjetividade que similantemente desafiam. Ela mantém um caráter criticamente emancipatório (auto)reflexivo e, portanto, possui potencial emancipatório (TAYLOR, 2018, p.228 *apud*. LAVAREDA, 2021, p. 117).

Isto posto, torna-se explícito o projeto colonial de segregar e mascarar a existência de sociedades, através da violência, autoritarismo e exploração, que divergiam dos preceitos e valores europeus. Tal peculiaridade contribui, neste caso, para a formação de saberes sujeitados, isto é, conhecimentos e experiências que foram negados, marginalizados e desaprovados pelo dispositivo colonial, ficando nas sombras e no esquecimento da história, sendo resgatados e discutidos por pesquisadores que fundamentam seus estudos em uma perspectiva de análise decolonial.

[...] O encontro colonial, pautado em atos violentos e autoritários, produziu formas de resistência cuja existência muitas vezes não se torna acessível, pois, ao serem invisibilizadas (LEITE, 1996) pelos discursos hegemônicos, funcionaram na clandestinidade da experiência colonial, o que fez emergir práticas e discursos fronteiriços e híbridos (SEVERO, 2016, p. 21-22).

É visível, por conseguinte, que uma política linguística percebida é marcadamente ideológica, já que ao expressar as crenças de uma comunidade, manifesta suas concepções de mundo e os traços culturais apreciados e estimados. Então, aqueles que discordam e destoam

dos padrões discursivos impostos por uma camada social, salientam o *bilinguajamento* de seu posicionamento, que “[...] seria precisamente um estilo de vida entre línguas, um processo dialógico, ético, estético e político de transformação social” (MIGNOLO, 2020, p. 350 *apud*. LAVAREDA, 2021, p. 116).

No que diz respeito à política linguística praticada, isto é, “[...] as escolhas da língua que os membros de uma dada comunidade de fala realizam em seu dia a dia” (SOUSA; SOARES, 2014, p. 104) para efetivar a comunicação e interagir com seus semelhantes, fica claro que o ofício escrito pelo líder cabano representa a língua que ele aprendeu ou adquiriu a partir das suas experiências e vivências, a qual compõe o seu repertório de conhecimentos e saberes de mundo.

Desse modo, podemos analisar a *performance oral* do cabano que se faz presente no bilhete, como, por exemplo, a ausência da vogal [u] na grafia dos pronomes “*qe*” e “*aqi*”, representando a característica não exaustiva da língua escrita, pois, segundo Bagno (2015, p. 82) “[...] tem muita coisa que a gente diz e não escreve, e muita coisa que a gente escreve, mas não diz”. Ou seja, devido a não pronúncia do [u], apenas do fonema /k/ e da vogal final, a letra acompanhou a fala, e não as regras artificiais da língua escrita. Ainda em relação a esse traço da não exaustividade, é possível salientar o registro da nasalização de “muito”, escrito “*muntas*”, marca atual em nossa fala cotidiana, além da monotongação dessa palavra, isto é, a queda da vogal alta [i] no ditongo *ui*.

Outra manifestação linguística significativa é a que expressa a competência do escrevente de organizar os elementos linguístico-estruturais dentro do texto, revelada pela utilização dos dêiticos “*aqi*”, “*neste*”, “*este*” e “*dai*”, os quais demarcam a localização espacial do produtor textual em relação à sua posição em um campo e, também, a localização do interlocutor/leitor do ofício.

Também é relevante a presença do vocábulo “*buscá*”, pois espelha o influxo das línguas africanas na formação da língua portuguesa, já que, segundo Roberts & Kato (2018 *apud*. LAVAREDA, 2021), é muito frequente, no português brasileiro, a inclinação do falante em omitir as consoantes finais das palavras ou transformá-las em vogais, **comprá*, **jogá*, **sau*. Tal uso corresponde à estruturação silábica das palavras em *banto* e em *iorubá*.

Daí se faz necessário ratificar a concepção sócio-interacional da linguagem adotada nesta empreitada de pesquisa, a partir da qual o bilhete cabano passa a ser considerado o próprio lugar da interação e os interlocutores como sujeitos ativos que, dialogicamente, nele se constituem e são constituídos. Logo, ao considerar a linguagem como resultante de uma atividade interacional concreta entre interlocutores ativos, levantamos como hipótese que não

é possível se restringir somente ao material linguístico e ao momento da interlocução para explicitar a totalidade da instauração de sentidos de um dado idioma.

Portanto, é notório que o governo da língua instaurado durante a colonização, presente no período *Pós-Independência*, e ainda atualizado em nossos dias, pode vincular-se às dimensões de prática, crença e gestão da língua, de acordo com a(s) política(s) linguística(s) adotada(s). A partir da análise panorâmica realizada neste tópico, compreendemos quais condições de produção viabilizaram a instalação e a renovação de um *purismo linguístico* no território amazônico. Assim, o entendimento desse processo é fundamental para a progressão do trabalho e para ampliação de nossa percepção sobre a formação histórica da língua portuguesa.

Considerações finais

O dispositivo colonial produziu, utilizou e, hoje, atualiza diversas estratégias e formas de supressão e diminuição de marcas e identidades que se distanciam do padrão europeu, que foi imposto e internalizado em nossa sociedade, dando vazão a posicionamentos e atitudes racistas contra outras maneiras de ser e estar no mundo. Consequentemente, as variedades sociais e linguísticas são menosprezadas, inferiorizadas e destituídas de valor, pois, segundo essa perspectiva redutora, não se enquadram nas normas ideais de comunicação e de expressão, tornando visível o processo de colonização cultural pelo qual passamos.

Apesar da segregação ou rejeição dos discursos das classes socioeconômica e culturalmente desprivilegiadas, isto é, dos segmentos sociais que não têm acesso total e efetivo aos bens culturais materiais e imateriais, como a norma-padrão da língua, os sujeitos aproveitam-se das brechas presentes nos discursos das elites para demarcar os seus espaços e externalizar suas subjetividades como um modo de resistência, pois, de acordo com Bortoni-Ricardo (2005, p. 23), as variedades não padrão assumem uma “[...] dimensão de solidariedade nas relações intragrupo e passam a funcionar como símbolo de coesão e identidade”.

Compreende-se, então, que a noção multidimensional de política linguística é atravessada por várias relações de poder e de saber, as quais se irradiam numa teia de instituições, fabricando e elaborando novas entidades burocráticas, cujo efeito e implicações convergem, muitas vezes, em uma *rede de nós* invisíveis que buscam nos dominar e controlar. Por conseguinte, a escola, enquanto instância de transmissão da língua da *cultura dita dominante*, procura cercear e reprimir os traços linguístico-culturais das camadas populares que não têm contanto tão potente e constante com a variedade padrão.

Portanto, pensar o preconceito linguístico, sempre atualizado por uma dada emergência histórica de uma língua portuguesa, é também refletir sobre o processo de educação em língua adicional não como um acontecimento isolado, mas com gestos de leitura que procurem compreender um determinado agrupamento de práticas e crenças constituidoras de uma trama de saberes e jogos de força, que contribuíram para inventar uma tradição notadamente ocidental sobre a língua que usamos no dia a dia.

Considera-se, portanto, através deste percurso do olhar, que a vontade de saber sobre as línguas no contexto colonial fundamentou, em um só gesto do dispositivo colonial, a segregação social, o fortalecimento do preconceito linguístico e uma imposição política mais acentuada da língua portuguesa.

Logo, enfatiza-se que esta pesquisa não se propõe a considerar uma política linguística declarada como única causadora da discriminação e da intolerância linguísticas à época do movimento cabano, e sim afirmar e reafirmar a força e importância da diversidade e da pluralidade enquanto componentes essenciais para a constituição de uma sociedade democrática. Afinal, “[...] é necessário um trabalho lento, contínuo e profundo de autoconscientização” (BAGNO, 2015, p. 114-115) para se combater todas as manifestações preconceituosas, visando uma sociedade mais compreensiva, justa, sensível e potencializadora das diferenças, para que possamos aprender a aceitar os modos heterogêneos de existir e se legitimar no mundo.

As dimensões de controle linguístico como estratégia para a gestão da população, ao longo da colonização, portanto, atravessavam tanto o corpo individual como o corpo social a partir de ecos da experiência colonial, ou seja, a população foi paulatinamente incorporando várias regulações, inclusive, aquelas voltadas às normalizações de um modo de viver e de agir linguisticamente europeus.

Referências

- BAGNO, M. **Dicionário crítico de Sociolinguística**. São Paulo: Parábola Editorial, 2017.
- BAGNO, M. **Preconceito linguístico**. 56. ed. Revista e ampliada. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- BONACINA-PUGH, F. **Researching ‘practiced language policies’**: insights from conversation analysis. *Language Policy*, 2012. p. 213-234.
- BORTONI-RICARDO, S. M. **Nós chegemu na escola, e agora?** São Paulo: Parábola, 2005.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a.

FOUCAULT, M. **A hermenêutica do sujeito** – curso dado no Collège de France (1981-1982). São Paulo: Martins Fontes, 2010b.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2010c.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016a.

FREIRE, J. R. B. **Rio Babel** – a história das línguas na Amazônia. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LAGARES, X. C. **Qual política linguística?** São Paulo: Parábola Editorial, 2018.

LAVAREDA, W.; NEVES, I. Políticas linguísticas na Cabanagem: diálogos e duelos com o *nheengatu*. **Revista Intersecções** – Estudos sobre práticas discursivas e textuais (*Online*), Edição 25, ano 11, n. 1, p. 66-85, maio. 2018.

LAVAREDA, W. Deslocamento linguístico no português do Brasil: a transmissão linguística irregular na Cabanagem. **Policromias** – Revista de estudos do discurso, imagem e som. Ano 04, p. 70-89, jun. 2019.

LAVAREDA, W.; DOS SANTOS, L.; DE MARIA, G. Preconceito linguístico: a sala de aula e o meio digital no âmbito das políticas linguísticas. **Ribanceira**, n. 19, p. 91 -107, out-dez. 2020.

LAVAREDA, W. **O governo da língua na Cabanagem: (des)encontros coloniais na Amazônia**. Tese (Doutorado em Letras/Estudos Linguísticos) – Instituto de Letras e Comunicação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

MARIANI, B. Políticas de colonização linguística. **Letras**. Santa Maria, n. 27, p. 73-82, 2003.

MIGNOLO, W. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In: LANDER, E. (Org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 71-103.

NEVES, I. EtniCidades: os 400 anos de Belém e a presença indígena. **Revista Moara**. Edição 43, p. 26-44, jan-jun. 2015.

ORLANDI, E. **Análise de discurso** – princípios & procedimentos. São Paulo: Pontes, 2009.

RAIOL, D. **Motins Políticos ou história dos principais acontecimentos políticos na Província do Pará desde o ano de 1821 até 1835**. Belém: Universidade Federal do Pará, 1970.

RESENDE, H. de. Política e ação no pensamento de Michel Foucault: conexões entre poder, saber e discurso. In: RESENDE, H. de (Org.). **Michel Foucault** – política: pensamento e ação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

RAYMUNDO, L. de O. O Estado do Grão-Pará e Maranhão na nova ordem política pombalina: a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão e o diretório dos índios (1755-1757). **Almanack Braziliense**, n. 3, p.124-134, maio. 2006.

RICCI, M.; LIMA, L. Letrados da Amazônia Imperial e saberes das populações analfabetas durante a Revolução Cabana (1835-1840). **Revista Brasileira de Educação**. v.20, n.63, p.845-867, out-dez. 2015.

SEVERO, C. A diversidade linguística como questão de governo. **Calidoscópico**. São Leopoldo, v.1, n. 2, p. 107-115, mai-ago. 2013.

SEVERO, C. A invenção colonial das línguas da América. **Alfa**. São Paulo, v. 60, n.1, p.11-28, 2016.

SOUSA DE, S. C.; SOARES, M. E. Um estudo sobre as políticas linguísticas no Brasil. **Revista de Letras**, v. 01, n. 3, p. 102-112, jan-jul. 2014.

SPOLSKY, B. **Language policy**: key topics in Sociolinguistics. Cambridge: Cambridge, 2004.

SPOLSKY, B. **Language management**. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

SPOLSKY, B. What is language policy? In: **The Cambridge Handbook of Language Policy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012. p. 03-15.

Sobre os autores

João Lucas da Silva (Orcid iD <https://orcid.org/0000-0002-8219-6566>)

Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa e suas respectivas Literaturas pela Universidade da Amazônia (UNAMA).

Welton Diego Carmim Lavareda (Orcid iD <https://orcid.org/0000-0002-6260-3558>)

Doutorado em Letras (Área de Concentração: Estudos Linguísticos) pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestrado em Comunicação, Linguagens e Cultura pela Universidade da Amazônia (UNAMA); Licenciatura em Letras/Língua Portuguesa e suas respectivas Literatura pela Universidade da Amazônia (UNAMA). Atualmente, é Professor Adjunto do Instituto de Letras e Comunicação (ILC) da Universidade Federal do Pará. Tem experiência na área de Linguística, com ênfase em Teoria e Análise Linguística, especificamente em Estudos do Discurso, discutindo principalmente as interfaces entre discurso, ensino-aprendizagem e governo da língua.

Recebido em fevereiro de 2022.

Aprovado em maio de 2022.